



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**CONSULTA N. 0600222-07.2023.6.00.0000 – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR:** MINISTRO NUNES MARQUES

**CONSULENTE:** CÉLIA NUNES CORREA

DIREITO ELEITORAL. CONSULTA. DEPUTADA FEDERAL. LEGITIMIDADE. TEMPO DE ANTENA E RECURSOS PARA CANDIDATAS E CANDIDATOS INDÍGENAS. QUESTIONAMENTOS ABSTRATOS E OBJETIVOS. CONSULTA CONHECIDA. PRIMEIRO E SEGUNDO QUESTIONAMENTOS RESPONDIDOS AFIRMATIVAMENTE. TERCEIRO QUESITO PREJUDICADO.

1. Consulta formulada por autoridade com jurisdição federal, cujas indagações tratam de matéria afeta à legislação eleitoral e são dotadas de abstração e objetividade.

2. O fomento de ações de incentivo à participação dos povos originários no processo político impõe sejam adotadas medidas efetivas para garantir a representatividade dos indígenas nos espaços de poder.

3. A distribuição de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, bem como de tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, na exata proporção das candidaturas indígenas apresentadas pelos partidos políticos, respeitados os percentuais de gênero, concretiza os princípios constitucionais da igualdade e da proteção dos direitos dos povos originários.

4. Consulta conhecida. Primeiros e segundos questionamentos respondidos afirmativamente. Terceira indagação prejudicada.

## RELATÓRIO

**O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES:** A Deputada Federal Célia Xakriabá (Célia Nunes Correa) (Federação REDE-PSOL) submete consulta a este Tribunal Superior, com base no art. 23, XII, do Código Eleitoral, em que formula as seguintes indagações:

(i) Considerando o entendimento firmado pelas Consultas n. 0600306- 47.2019.6.00.0000 e 0600252-18.2018.6.00.0000 e da ADI n. 5617, para promoção da participação feminina e negra na política, é possível o reconhecimento da mesma projeção do princípio da igualdade para a distribuição proporcional de recursos financeiros (Fundo Partidário e FEFC) e de tempo de rádio e TV em relação ao número de candidaturas indígenas registradas por partidos e federações?

(ii) Para garantir a promoção de políticas de incentivo de candidaturas indígenas, é obrigatória a distribuição de recursos financeiros (Fundo Partidário e FEFC – arts. 16-C e 16-D da LE) e de tempo de rádio e TV (art. 47 e seguintes da LE) de maneira proporcional às candidaturas indígenas formalizadas, conforme entendimento adotado na participação da população negra na política?

(iii) Subsidiariamente, em caso de resposta negativa aos quesitos acima (o que não se espera), é possível o enquadramento das candidaturas indígenas dentro dos parâmetros indicados na Consulta n. 0600306-47.2019.6.00.0000, que visa a promoção de candidaturas negras?

(ID 158971851, fl. 19)

A Assessoria Consultiva da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (Assec) opinou no sentido de responder afirmativamente ao primeiro e ao segundo questionamentos, ante a incidência do princípio da igualdade no “fomento de ações de incentivo à participação indígena na política, consubstanciada na distribuição de recursos do Fundo Partidário e do FEFC e de tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, na exata proporção das candidaturas indígenas apresentadas pelos partidos políticos, considerada a interseccionalidade de gênero e etnia; restando prejudicada a terceira indagação” (ID 159097929).

Em 1º de setembro de 2023, considerando que o tema trazido nas formulações tem raízes profundas em direitos e garantias existentes em nossa Constituição<sup>1</sup>, bem como em atenção aos aspectos concretos que defluiriam de eventual resposta afirmativa a qualquer dos questionamentos, mormente na distribuição dos recursos partidários e eleitorais nos pleitos vindouros, convoquei para o dia 2 de outubro daquele ano a realização de audiência pública.

Com o fito de tornar o debate tão amplo quanto possível, foram nominalmente convidados a participar a Procuradoria-Geral Eleitoral, a Ordem dos Advogados do Brasil, os partidos políticos com registro regular nesta Justiça Especializada, o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

Além disso, foi franqueada a palavra a outros interessados, bastando que, para tanto, formulassem inscrição no respectivo sítio eletrônico e demonstrassem, brevemente, atuação com pertinência em relação ao objeto da consulta.

Finalmente, após o recebimento das sugestões advindas da audiência pública, encaminhei os autos à Procuradoria-Geral Eleitoral, que, em parecer da lavra do professor Paulo Gustavo Gonet Branco, manifestou-se afirmativamente em relação aos dois primeiros questionamentos, a fim de que seja garantida a distribuição de recursos financeiros (Fundo Partidário e Fundo Especial de Financiamento de Campanha) e de tempo no horário eleitoral gratuito para os candidatos e as candidatas indígenas de forma “proporcional ao número de candidaturas dessa ordem formalizadas por partidos e federações” (ID 159773177, fl. 15).

É o relatório.

---

<sup>1</sup> Também expressamente previstos no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, estabelecido pelas Nações Unidas, bem como na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## VOTO

**O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES:** Reconheço, desde logo, que os questionamentos veiculados na presente consulta cumprem todos os requisitos formais estabelecidos no art. 23, XII, do Código Eleitoral, quais sejam, legitimidade, abstração, pertinência temática e objetividade.

No caso, a consulente é destacada deputada federal eleita no pleito de 2022 e submete a este Tribunal Superior questões relevantes de natureza eleitoral, relacionadas à distribuição dos fundos públicos de financiamento de campanha e que não seriam apreciadas por esta Jurisdição Especializada sem a devida provocação.

As formulações apresentadas são diretas e inequívocas, de forma que não há dificuldade na compreensão do que indagado.

Portanto, conheço da consulta.

Antes de adentrar o mérito dos questionamentos, considero necessário fazer dois breves registros.

O primeiro diz respeito à própria consulente, Deputada Federal Célia Xakriabá.

A formulação feita pela parlamentar, conforme se verá adiante, permitirá que este Tribunal Superior atue em importante lacuna da nossa democracia no tocante à sub-representação dos povos originários.

Registro, por relevante, que o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, nas esferas das respectivas competências, há muito têm envidado esforços para assegurar a pluralidade quanto à representatividade no quadro político brasileiro.

O financiamento das campanhas femininas – cujos vetores foram fixados na ADI n. 5.617/DF<sup>1</sup>, da relatoria do ministro Edson Fachin, bem como na ADPF n. 738/DF<sup>2</sup>, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, pela qual foi garantida a destinação de recursos e a participação nos horários de propaganda eleitoral de rádio e televisão para pessoas negras – é testemunho recente dessa diretriz.

A par do entendimento consolidado nas cortes brasileiras no sentido da importância da diversidade em todos os espaços de poder, sempre caberá aos legitimados provocar o Poder Judiciário para que possamos, a partir do texto constitucional e das normas postas, efetivar as mudanças que se apresentem possíveis e necessárias.

Dessa forma, tenho certeza de que é motivo de júbilo para esta Justiça Especializada que a presente consulta tenha sido formulada por uma parlamentar que efetivamente recebeu recursos dos fundos partidário e eleitoral e que, nascida entre os povos originários, recorre ao Tribunal da Democracia abordando questões de modo a potencializar a igualdade na participação política.

Estou convencido de que promover a inclusão de determinado grupo sub-representado, além de corrigir desigualdades históricas, cria a oportunidade de reflexão a respeito de outras minorias que foram deixadas à margem do processo democrático, revelando verdadeiro ciclo virtuoso de inserção e avanço para a sociedade e de combate ao racismo estrutural.

Esses elementos demonstram, acima de qualquer dúvida, o efeito multiplicador das ações de inclusão que estão sendo levadas a efeito no âmbito do Poder Judiciário.

O segundo registro que faço diz respeito à audiência pública. Tradição desta Corte, no processamento das resoluções do pleito, e do Supremo Tribunal Federal, nas questões relevantes submetidas à apreciação, tal instituto mostrou-se, uma vez mais, importante instrumento de controle preventivo na formação de atos do poder público.

No ponto, agradeço ao Presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, por disponibilizar toda a estrutura necessária à sua realização, bem como ao corpo técnico do Tribunal e da TV Justiça, pela implementação e divulgação.

Asseguro que todas as contribuições apresentadas, orais e escritas, foram efetivamente consideradas e compõem quadro-resumo anexo a este voto.

Pois bem. A consulente formula três questionamentos<sup>3</sup> que, a meu sentir, podem ser condensados da seguinte forma: as candidaturas indígenas devem gozar dos mesmos direitos reconhecidos às candidaturas de mulheres e de pessoas negras?

É patente a preocupação do legislador constituinte originário com a proteção dos povos indígenas. Há diversos preceitos que demonstram que as questões afetas aos povos originários são merecedoras de uma atenção especialíssima do Estado brasileiro: desde o estabelecimento de que somente a União pode legislar sobre a matéria<sup>4</sup>, passando pela fixação da competência da Justiça Federal para dirimir disputas sobre os seus direitos<sup>5</sup> e pela designação do Ministério Público como órgão responsável pela defesa judicial de seus interesses<sup>6</sup>.

Além desses dispositivos, o constituinte delineou capítulo específico com direitos e garantias afetos à proteção dos direitos indígenas. Refiro-me ao Capítulo VIII e aos arts. 231 e 232 da Constituição<sup>7</sup>.

Já no plano infraconstitucional, surge a Lei n. 6.001/1973, denominada Estatuto do Índio. O diploma também contempla, como ideia-força, a salvaguarda do exercício de direitos civis e políticos:

Art. 2º Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos:

[...]

I - estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação;

[...]

X - garantir aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em face da legislação lhes couberem.

A simples leitura dos dispositivos que mencionei revela que a inclusão dos povos indígenas é missão inescusável, que deve contar com a colaboração de todos os poderes constituídos.

Os textos constitucional e legal exigem que o Estado brasileiro promova ações concretas no sentido de garantir aos povos originários meios efetivos para o exercício de sua cidadania.

Alguns passos já foram dados nessa direção em searas diversas da eleitoral.

Ao examinar, em 26 de abril de 2012, a ADPF n. 186, Relator o ministro Ricardo Lewandowski, o Supremo Tribunal Federal ratificou atos da Universidade de Brasília (UnB) que instituíram sistema de reserva de vagas nos cursos de nível superior, tanto para pessoas negras como para indígenas.

Em 9 de maio do mesmo ano, ao apreciar o tema 203 do repertório de repercussão geral, tendo como *leading case* o RE n. 597.285, também de relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, aquela Corte considerou constitucionais ações afirmativas instituídas em 2007 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), contemplando negros e indígenas.

Adveio, então, a Lei n. 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e unidades de ensino técnico, prevendo também que parte das vagas disponibilizadas nessas instituições fossem reservadas aos autodeclarados indígenas.

Alguns anos antes, a Presidência da República, a partir da interação democrática e cada vez mais polifônica entre os diversos órgãos e a sociedade civil, aprovava, por meio do Decreto n. 7.037/2009, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), o qual trata, no Eixo Orientador III, de ações programáticas voltadas a eliminar as desigualdades, levando em conta as dimensões de gênero e raça, muitas delas direcionadas aos povos originários.

A percepção comum dos Poderes da República é a de que, dentro de suas competências, as oportunidades de inclusão de grupos minoritários não podem ser desperdiçadas. A neutralidade, nesse contexto, está fadada ao fracasso. A igualização estática deve ceder lugar à igualização dinâmica, materializada em ações afirmativas.

Segundo dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos, em nosso país, 1,7 milhão de residentes indígenas, que corresponde a 0,83% da população<sup>8</sup>.

O Norte e o Nordeste concentram juntos 75,71% desses povos – 44,48% e 31,22%, respectivamente –, elemento que se reflete na diversidade cultural ímpar dessas regiões do país.

Atualmente, os bancos de dados oficiais registram que as populações indígenas brasileiras têm aumentado em número<sup>9</sup> e representatividade.

No tocante à representatividade, cumpre registrar que, em 2014, quando a Justiça Eleitoral implementou a autodeclaração racial das candidaturas, 84 candidatos se declararam como indígenas para a Câmara Federal; em 2018, foram 134; e, no último pleito, 175, sendo que apenas 6 desses candidatos foram eleitos.

Nas eleições municipais, por seu turno, também há uma linha ascendente na participação de integrantes dessas populações: em 2016 foram 1.798 e em 2020, 2.210.

Nesse ponto, impende fazer uma relevante ressalva: a participação política dos indígenas jamais pode ser confundida com aculturação.

A preservação da cultura indígena **não** pressupõe a manutenção do isolamento dessas comunidades, porquanto os povos originários “podem ter acesso a comodidades tecnológicas e materiais, sem, com isso, perderem a condição de indígenas”. O que deve ser rechaçado, por todas as instituições, é “a introdução forçada da cultura não indígena”.

Os organismos internacionais que se ocupam das questões envolvendo os povos indígenas preconizam a necessidade de que a garantia de direitos caminhe com o respeito à cultura ancestral desses povos.

Conforme mencionado no parecer da Assessoria Consultiva da Presidência (ID 159097929), a proteção da participação política dos povos originários recebeu especial “atenção na Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais”.

Transcrevo, pela relevância, o art. 6º da Convenção:

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:
  - a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
  - b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões

em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;  
c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

A par disso, os movimentos institucionais pelos quais se busca favorecer a participação política daqueles povos não ocorrem exclusivamente no Brasil, sendo realidade nas democracias modernas das Américas<sup>10</sup>.

Cito, por todos, o acordo INE/CG508/2017<sup>11</sup>, firmado pelo Instituto Nacional Electoral do México durante o processo eleitoral federal 2017/2018 daquele país, quando o Conselho-Geral do aludido órgão aprovou ação afirmativa indígena segundo a qual os partidos políticos deveriam postular ao menos 12 candidaturas indígenas dentre os 28 distritos eleitorais federais com mais de 40% de população indígena.

Em síntese, todos os movimentos institucionais para a inclusão dos indígenas devem ter por pedra angular a preservação de suas tradições e história.

Retomando a questão central desta consulta – qual seja, a extensão aos povos indígenas do que garantido às mulheres e às pessoas negras quanto ao financiamento de campanha e ao tempo de propaganda eleitoral –, cumpre apontar que os dois precedentes principais sobre o tema no TSE e no STF, apesar de partirem da necessidade comum de inclusão, não possuem elementos idênticos.

No tocante à inclusão feminina, como se sabe, há parâmetro legislativo para sua implementação. Trata-se do art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/1997, que estabelece percentuais mínimos e máximos de gênero a serem observados pelos partidos políticos no lançamento de seus candidatos e candidatas.

Ao interpretar esse dispositivo, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral concluíram, nos precedentes que mencionei, que as candidaturas, de ambos os gêneros, devem receber financiamento na proporção em que são lançadas, respeitado o mínimo legal de 30%.

Outro ponto patente de distinção é que as mulheres estão longe de se enquadrar como minoria na população brasileira. É de conhecimento comum que, em verdade, o Brasil é, numericamente, um país de mais brasileiras que de brasileiros.

É digno de registro, ainda quanto ao ponto, o descumprimento recorrente das legendas em relação ao que estabelecido em lei e em nossas resoluções, fato refletido nas inúmeras ações que deságuam na Justiça Eleitoral contestando a veracidade das candidaturas femininas apresentadas.

Conquanto a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas estabeleça no artigo XXI, 2, que os povos indígenas têm direito à igualdade de oportunidades para participar plena e efetivamente, como povos, de todas as instituições e todos os foros nacionais, e a eles ter acesso, inclusive aos órgãos deliberativos, não existe norma específica que institua discriminação positiva em favor dos povos indígenas, quando se trata de participação no processo eleitoral.

Penso, em razão disso, que o caminho mais seguro para incentivar a participação dos povos indígenas nos processos políticos deve seguir os exatos termos do que decidido na CTA n. 0600306-47/DF, que tratou da inclusão das pessoas negras.

Também, neste caso, há inegável vácuo legislativo, porquanto inexistente lei que ao menos garanta, de qualquer forma, apoio concreto àqueles que, pertencentes a esses povos, venham a participar da disputa.

Ações que busquem garantir a igualdade material às populações originárias e seus descendentes devem ocupar as agendas de todos os poderes constituídos, uma vez que necessárias para corrigir dívida histórica a qual, se ignorada, tem o potencial de macular a própria pluralidade da nossa democracia.

Pela relevância, transcrevo trecho do que assentado pelo Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, nos autos da CTA n. 0600306-47/DF, da qual foi Relator quando membro deste Tribunal Superior:

[...]

21. A Constituição de 1988 contempla essas três dimensões da igualdade. A igualdade formal vem prevista no art. 5º, caput: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Já a igualdade como redistribuição decorre de objetivos da República, como “construir uma sociedade livre, justa e solidária” (art. 3º, I) e “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, III). Por fim, a igualdade como reconhecimento tem lastro nos objetivos fundamentais do país de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, IV), bem como no repúdio ao racismo (art. 5º, XLII). Tal conjunto normativo é explícito e inequívoco: a ordem constitucional não apenas rejeita todas as formas de preconceito e discriminação, mas também impõe ao Estado o dever de atuar positivamente no combate a esse tipo de desvio e na redução das desigualdades de fato.

[...]

De fato, **o imperativo constitucional da igualdade e a própria noção de uma democracia participativa plural justificam a criação de ações afirmativas voltadas à população negra, ou mais precisamente às minorias não brancas**, que sejam aptas a garantir a efetiva participação político-eleitoral destas [...].

Afora a relevância inerente a tais ações, a ausência de medidas dessa natureza, mesmo quando já implementadas – com contornos diversos – cotas para candidatas e destinados recursos e tempo para candidaturas negras, ocasionou, ainda, **discriminação por impacto adverso**.

Notem que, conforme relatos colhidos inclusive durante a audiência pública, nas últimas eleições, diante do quadro normativo então delineado, indígenas foram obrigados a se declarar negros ou pardos.

Bem estabelecida a necessidade de serem implementadas ações concretas voltadas à população indígena que ponham fim, ou ao menos permitam algum avanço, à situação de desigualdade material, e havendo a possibilidade de este Tribunal Superior executá-las, cumpre, na trilha do que demonstrado na citada consulta, definir os parâmetros da proteção.

Como já tive a oportunidade de anotar em texto o qual cuida, dentre outros temas, do financiamento de campanhas femininas:

A vida avança mais rápido do que evolui o direito, e não é incomum chegarem ao Judiciário questões ainda não reguladas pelo legislador. O Estado-juíz não pode, contudo, deixar de lhes conferir solução adequada (BARROSO; MELLO, 2019, p. 703).

Não por outra razão, ombreando com o Poder Legislativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) têm ostentado protagonismo na edificação e no amadurecimento da democracia brasileira<sup>12</sup>.

Adiante, desde logo, meu entendimento no sentido de que às populações indígenas devem ser garantidos os mesmos direitos reconhecidos em favor das pessoas negras por meio da multicitada consulta.

Em outros termos, às candidaturas indígenas devem ser distribuídos recursos públicos e de tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV na exata proporção de sua apresentação.

Ainda sob a égide do que definido para as candidaturas de pessoas negras, o cálculo do percentual de recursos a ser destinado às candidaturas dos povos indígenas deve seguir o mesmo *iter* usado na definição da mencionada cota racial.

É dizer, primeiro se faz a definição do percentual a ser atribuído às candidaturas por gênero; conhecido o quantitativo, extrai-se o percentual, dentro de cada gênero, de pessoas que se declararam negras ou de origem indígena.

Para o recebimento desses recursos, é suficiente, tal qual estabelecido na Consulta n. 0600306-47/DF, que o postulante ao cargo eletivo, em seu registro de candidatura, se declare indígena.

Sublinho que caberá à agremiação ainda definir, a partir de seus próprios critérios, as candidaturas as quais efetivamente receberão os fundos públicos, porquanto estamos estabelecendo por meio desta consulta apenas a obrigatoriedade de que se respeite o percentual a ser destinado à cota indígena em cada um dos gêneros.

Impõe-se, ainda, afastar qualquer permissão de uso de recursos de uma cota em favor de outra, em virtude de a inclusão de pessoas negras não poder se sobrepor à das populações indígenas e vice-versa.

Vale também realçar algumas das importantes discussões trazidas por meio da audiência pública, bem como articuladas nos substanciosos pareceres apresentados pela Assessoria Consultiva da Presidência e pela Procuradoria-Geral Eleitoral.

Desde logo, tal qual opinou a Assec, não se pode cogitar de que o Tribunal Superior Eleitoral, ainda que no exercício do poder regulamentar, possa aplicar a disposição introduzida pela Emenda Constitucional n. 111/2021<sup>13</sup> – que previu a contabilização em dobro dos votos dados a mulheres ou pessoas negras para efeito de distribuição de recursos públicos aos partidos políticos – para os votos recebidos pelos candidatos e candidatas indígenas.

A par de a inclusão dos povos indígenas guardar expressiva similaridade com a inclusão das pessoas negras, a matéria está no campo de atuação do poder constituinte derivado, que esteve atento às mais recentes decisões judiciais, quanto a direitos fundamentais, em verdadeiro diálogo constitucional.

Daí a deferência com a atuação do Poder Legislativo no que toca a políticas adicionais em favor dos povos originários, a partir de amplo debate público, assim como no que tange à fixação de novos critérios para identificação daqueles que farão jus à cota para pessoas indígenas<sup>14</sup>.

Conforme afirmei, o parâmetro adotado por esta Justiça Especializada para acesso às cotas inclusivas é o da declaração nos mesmos moldes do que estabelecido na Consulta n. 0600306-47/DF.

Ressalto que eventuais desvirtuamentos podem e devem ser combatidos pelo Ministério Público Eleitoral e pelos próprios partidos políticos, mas jamais teriam o condão de impedir a urgência em contemplar essas candidaturas com maior “visibilidade eleitoral”.

Outras medidas, como tradução dos estatutos partidários e campanhas institucionais sobre os direitos indígenas no campo político-eleitoral, também podem ser implementadas, dessa vez na seara administrativa.

Ante o exposto, **voto no sentido de responder afirmativamente ao primeiro e ao segundo questionamentos**, reconhecendo às candidaturas indígenas, na exata proporção em que apresentadas e respeitados os percentuais de gênero, a distribuição de recursos do Fundo Partidário e do FEFC e de tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.

Declaro, via de consequência, prejudicada a terceira formulação.

Remeto o processo à E. Presidência deste Tribunal para realização dos estudos de impacto necessários para regulamentação e análise da possibilidade de implantação para as eleições de 2024 e 2026, em face do calendário eleitoral.

Proponho, ainda, que se faça a comunicação aos Presidentes da Câmara e do Senado, aos partidos políticos e às federações registrados perante esta Justiça Especializada, bem como a todas as entidades que participaram do processamento da presente consulta.

É como voto.

[1] Nos autos da CTA n. 0600252-18/DF, Relatora a min. Rosa Weber, o plenário do Tribunal Superior Eleitoral assentou que “[...] a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), previsto nos artigos 16-C e 16-D, da Lei das Eleições, e do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, regulamentada nos arts. 47 e seguintes do mesmo diploma legal, deve observar os percentuais mínimos de candidatura por gênero, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, na linha da orientação firmada na Suprema Corte ao exame da ADI 5617”.

[2] Por meio da CTA n. 0600306-47/DF, Relator o ministro Luís Roberto Barroso, o TSE definiu que deveriam ser garantidos aos candidatos negros recursos dos fundos públicos e tempo na propaganda eleitoral a partir da eleição de 2020.

[3] “(i) Considerando o entendimento firmado pelas Consultas n. 0600306- 47.2019.6.00.0000 e 0600252-18.2018.6.00.0000 e da ADI n. 5617, para promoção da participação feminina e negra na política, é possível o reconhecimento da mesma projeção do princípio da igualdade para a distribuição proporcional de recursos financeiros (Fundo Partidário e FEFC) e de tempo de rádio e TV em relação ao número de candidaturas indígenas registradas por partidos e federações?

(ii) Para garantir a promoção de políticas de incentivo de candidaturas indígenas, é obrigatória a distribuição de recursos financeiros (Fundo Partidário e FEFC – arts. 16-C e 16-D da LE) e de tempo de rádio e TV (art. 47 e seguintes da LE) de maneira proporcional às candidaturas indígenas formalizadas, conforme entendimento adotado na participação da população negra na política?

(iii) Subsidiariamente, em caso de resposta negativa aos quesitos acima (o que não se espera), é possível o enquadramento das candidaturas indígenas dentro dos parâmetros indicados na Consulta n. 0600306-47.2019.6.00.0000, que visa a promoção de candidaturas negras?”

(ID 158971851, fl. 19)

[4] Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

[...]

XIV - populações indígenas;

[5] Art. 109. Aos juizes federais compete processar e julgar:

[...]

XI - a disputa sobre direitos indígenas.

[6] Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

[...]

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

[7] Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

[8] <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%20do%20pa%C3%ADs,contados%20896.917%20ind%C3%ADgenas%20no%20pa%C3%ADs.>

[9] Ainda segundo o IBGE, em 2010 o Brasil tinha 896.917 índios, o que representava apenas 0,47% dos brasileiros. O próprio instituto indica que boa parte desse aumento de 88,82%, ocorrido nesse interregno de 14 anos, tenha relação com a metodologia aplicada para identificação desses povos.

[10] 1. Caso *Yatama Vs. Nicarágua*, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/b3b2dcefe29f27b2984178160015c3ba.pdf>. Acesso em 9 de fevereiro de 2024.

[11] <https://igualdad.ine.mx/wp-content/uploads/2018/09/Acuerdo-INE-CG508-2017.pdf>. Acesso em 9 de fevereiro de 2024.

[12] MARQUES, Kassio Nunes; AKERMAN, William. Diálogos institucionais sobre fidelidade partidária e financiamento de campanhas femininas. **Estudos Eleitorais: 90 anos da Justiça Eleitoral e do voto feminino no Brasil**, v. 16, n. 1, jan./jul. 2022. Brasília: Escola Judiciária Eleitoral – TSE, 2023. ISSN 1414-5146.

[13] Art. 2º Para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro.

Parágrafo único. A contagem em dobro de votos a que se refere o *caput* somente se aplica uma única vez.

[14] Na audiência realizada no dia 2 de outubro de 2023, o Ministério Público Eleitoral e as Dras. Maíra Pankararu (representante da ANMIGA), Valéria Dias Paes Landim (pela ABRADep) e Gabriela Gonçalves Rollemberg (em nome da entidade Elas Pedem Vista) manifestaram a importância de futuramente se estudarem critérios adicionais para se fazer jus à cota indígena.

[15] Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

Parágrafo único. Os instrumentos previstos no *caput* deste artigo terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão.

